

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CONSTRUTORA TRIFUNFO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
- CNPJ/MF: 77.955.532/0001-07
- Atividades: de engenharia civil, construção em geral, e montagem eletromecânica, atuando como construtora, montadora, coordenadora, supervisora, na execução por administração, empreitada, subempreitada, concessionária, permissionária e demais modalidades de contratação, abrangendo a construção de estradas, terraplenagens, pavimentações, concretagens, edificações, ferrovias, dragagens, portos, canais, nas atividades de navegando, lacustres, fluviais e marítimas, montagens industriais e obras hidráulicas em geral, execuções de linhas e redes de transmissão, telecomunicações e operações de hidrelétricas, estações elevatórias de tratamento sanitário e de infraestrutura, concessões de água e esgoto, concessão e exploração de rodovias, hidrelétricas, geração, transmissão, e distribuição de energia elétrica, e demais serviços públicos, pesquisas, lavras, exploração e aproveitamento, inclusive sua comercialização, de recursos minerais no território nacional, as atividades de exploração e execução dos serviços relativos às modalidades de limpeza urbana, compreendendo coleta de lixo, varrição, transporte, remoção e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, industriais, hospitalares e demais correlatos, de operação de aterros sanitários, incorporações e construções de imóveis próprios e de terceiros, loteamentos, venda e compra de imóveis, elaboração de projetos de engenharia, assessoria e consultoria técnicas, de serviços auxiliares inclusive, bem como complementares, podendo realizar quaisquer atividades que se relacionem ou se assemelham aos objetivos supramencionados.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 10/04/2013
- Data de Vencimento: 10/04/2018

- Banco Escriurador/Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código Cetip/ISIN: TRIF11/ BRTRIUDBS002
- Coordenador Líder: Banco Santander (Brasil) S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para a aquisição de equipamento de dragagem (“Draga”) necessário para o cumprimento adequado do ‘Contrato de Obras e Serviços de Dragagem de Manutenção’ nº 032/2012 celebrado em 24/09/2012 (“Contrato de Dragagem”) entre a Emissora e a Superintendência do Porto de Itajaí (“Poder Concedente”).

A aquisição da Draga poderá ser feita diretamente pela Emissora ou pela Triunfo Construction LLP, sociedade controlada pela Emissora, com sede no Reino Unido (“SPE”), sendo que, caso a aquisição seja realizada pela SPE, os recursos líquidos captados pela Emissora serão investidos na SPE, em qualquer modalidade, para que esta realize a aquisição direta da Draga.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. **Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia:** (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 1,12 em 2015 para 1,28 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,71 em 2015 para 1,31 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,71 em 2015 para 1,31 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,45 em 2015 para 0,32 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 21,6% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 20,2% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 18,7% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 30,9% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 9,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 3,25% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

11/04/2016 – R\$ 200,000000

Juros:

11/04/2016 – R\$ 58,409069

10/10/2016 – R\$ 43,122310

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 60.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, as obrigações financeiras previstas no item 8.1 “(p)” e 7.1 “(u)” da Escritura de Emissão.

Item "I"	
Dívida líquida / EBITDA	
Parâmetro (Dívida Líquida / EBITDA)	≤ 3,00
Calculado (A+B)	1,17
Status	Ok
Item "ii"	
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD	
Parâmetro	≥ 1,20
1) Recebíveis	41.272
2) Saldo devedor das debêntures	31.096
Calculado (1+2)	1,33
Status	Ok

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) *Guarantee and Indemnity*; (ii) *Mortgage* sobre a Draga (ou sobre a Nova Draga); (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015 (reapresentado)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.860	11.005	27.957	11.768
Contas a receber de clientes	5	382.880	400.438	461.854	497.167
Impostos e contribuições a recuperar		1.901	2.364	2.751	4.662
Adiantamento de fornecedores		17.565	12.713	20.562	18.437
Partes relacionadas	7	109.153	109.153	109.153	109.153
Outros valores a receber		6.085	6.733	10.111	15.975
TOTAL CIRCULANTE		523.444	542.406	632.388	657.162
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	282.259	302.607	282.259	302.607
Contrato de Construção	6	51.241	52.335	64.395	52.335
Partes relacionadas	7	120.429	33.184	139.227	67.218
Depósitos judiciais		22.922	20.342	23.645	20.947
Bens imóveis destinados a venda	9	33.537	33.537	33.537	33.537
Investimentos destinados a venda		-	184	-	184
Outros créditos a receber		7.035	10.609	15.466	19.338
Investimentos	10	123.919	149.662	44.218	60.348
Imobilizado (líquido)	11	401.251	428.025	470.110	499.479
Intangível		9.563	9.563	9.563	9.668
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.052.156	1.040.048	1.082.420	1.065.661
TOTAL DO ATIVO		1.575.600	1.582.454	1.714.808	1.722.823

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015 (reapresentado)
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	46.436	38.790	132.518	105.763
Empréstimos e financiamentos	13	102.876	95.957	102.876	95.957
Debêntures	14	14.038	13.274	14.038	13.274
Salários e encargos trabalhistas		43.219	21.299	66.176	40.559
Obrigações tributárias		24.737	18.021	43.944	32.471
Parcelamento Ordinário	15	8.380	4.905	8.397	6.894
Programa de recuperação fiscal-REFIS	16	8.356	2.647	8.637	4.121
Partes relacionadas	7	-	-	440	441
Adiantamento de Clientes	17	3.000	1.132	104.456	83.938
Outras obrigações		2.182	876	2.816	1.424
TOTAL DO CIRCULANTE		253.224	196.901	484.298	384.842
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	60	-	60	-
Empréstimos e financiamentos	13	107.268	132.701	107.268	132.701
Debêntures	14	16.730	29.672	16.730	29.672
Parcelamento FGTS		14.527	5.329	14.527	5.329
Parcelamento Ordinário	15	22.645	14.763	29.812	19.929
Programa de recuperação fiscal-REFIS	16	26.346	32.715	26.357	33.116
Partes relacionadas	7	3	3.885	3	78
Resultado de consórcios ativos	8	155.077	109.368	55.220	47.898
Resultado de consórcios paralisados	8	5.176	5.176	5.176	5.176
Adiantamento de Clientes	17	122.675	233.534	122.675	233.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	45.067	47.524	45.067	47.524
Provisões para contingências	19	16.705	15.795	16.757	15.847
Contrato de Construção	6	-	56.323	-	68.251
Outras obrigações		4.544	4.547	5.305	4.705
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		536.823	691.332	444.957	643.760
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	74.035	74.035	74.035	74.035
Reserva Legal		14.807	14.807	14.807	14.807
Reserva de Lucros a realizar		566.874	431.483	566.874	431.483
Ajuste de avaliação patrimonial		129.837	173.896	129.837	173.896
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		785.553	694.221	785.553	694.221
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.575.600	1.582.454	1.714.808	1.722.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	545.178	769.665	545.178	769.665
Custos dos serviços prestados		(368.035)	(685.241)	(369.548)	(685.241)
Custos dos serviços prestados	25	(245.071)	(477.361)	(246.127)	(477.361)
Depreciação		(22.258)	(21.296)	(22.280)	(21.296)
Depreciação da reserva de reavaliação		(5.623)	(5.962)	(5.623)	(5.962)
Depreciação de consórcios	29	(1.039)	(1.402)	(1.039)	(1.402)
Custos de consórcios	29	(94.044)	(179.220)	(94.479)	(179.220)
LUCRO BRUTO		177.143	84.424	175.630	84.424
Despesas operacionais		(2.248)	14.930	(677)	14.933
Despesas administrativas	26	(30.308)	(40.924)	(30.381)	(41.022)
Honorários dos administradores		(1.648)	(1.476)	(1.648)	(1.476)
Depreciação e amortização		(1.517)	(1.606)	(2.638)	(1.606)
Depreciação de consórcios	29	(288)	(313)	(288)	(313)
Despesas de consórcios	29	(6.847)	(7.555)	(6.847)	(7.555)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	31.255	64.690	25.072	64.692
Outras receitas (despesas) operacionais consórcios	29	809	3.066	809	3.064
Resultado de Equivalência Patrimonial		6.296	(952)	15.244	(851)
LUCRO OPERACIONAL ANTES RESULTADO FINANCEIRO		174.895	99.354	174.953	99.357
Resultado financeiro	28	(47.976)	(40.126)	(47.884)	(40.129)
Resultado financeiro de consórcios	29	(4.117)	(8.376)	(4.117)	(8.376)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		122.802	50.852	122.952	50.852
Participações de Empregados – PPR/PLR-CCT		(1.022)	(1.295)	(1.022)	(1.295)
Participações de Empregados – PPR/PLR-CCT	23	(1.022)	(1.295)	(1.022)	(1.295)
Imposto de renda e contribuição social		(4.403)	(1.793)	(4.553)	(1.793)
Imposto de renda e Contribuição social - corrente		(736)	(1.793)	(886)	(1.793)
Imposto de renda e Contribuição social - diferidos		(3.667)	-	(3.667)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		117.377	47.764	117.377	47.764
Lucro Líquido por ação - R\$	22	1,5854	0,6452	1,5854	0,6452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Construtora Triunfo S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Triunfo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, Construtora Triunfo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Reconhecimento das Receitas e Despesas associadas aos Contratos de Construção**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.2) e 6) ambas Contratos de Construção

A Companhia utiliza o método do percentual da margem de lucro global orçada, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas dos contratos de construção de longo prazo. Devido à relevância dos custos/valores envolvidos, o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas, na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria,

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos adotados pela Companhia para o acompanhamento dos registros contábeis. Além disso, inspecionamos os orçamentos de custos e confrontamos os valores dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, por base em amostragem e efetuamos a análise substantiva da razoabilidade do percentual de evolução da obra.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.7) Custo de Empréstimos e 13) Empréstimos e Financiamentos

A Companhia possui recursos captados de linhas de créditos junto às instituições financeiras e demais entidades, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 210.144 mil.

A Companhia mantém controles operacionais e contábeis para o acompanhamento dos saldos, movimentações e apropriações dos juros e encargos, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para o correto registro dos saldos contábeis.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos adotados pela Companhia, o envio de cartas de confirmação externa para todas as entidades e instituições financeiras que a Companhia mantém relacionamento, durante o exercício e testes de recálculos e apropriação dos encargos no resultado. Adicionalmente, efetuamos também procedimentos analíticos sobre os saldos contábeis relacionados.

- **Teste de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota 3.13 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e 11) Imobilizado

A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2016, totalizava o montante de R\$ 470.057 mil, conforme descrito na nota explicativa 12.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os anos futuros.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa.

Provisões e passivos contingentes – cíveis, trabalhistas e fiscais

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 3.11) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e 19) Provisões para contingências

A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos e podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, incluindo suas divulgações. Devido à complexidade e o julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos controles internos relacionados as Provisões e Passivos Contingentes e avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados, na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda as informações e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e as informações históricas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Valores a receber junto aos órgãos públicos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, a Companhia possui créditos/valores a receber no ativo circulante e não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos e créditos de natureza tributária, no montante de R\$ 483.243 mil. Durante exercício corrente, a Companhia reconheceu no resultado, a atualização monetária desses processos. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 29 de março de 2017.

SAX AUDITORES
INDEPENDENTES S.S. CRC
2SP 024845/O-2



Alexandre Ralf Slavic
Contador CRC LSP207032/O-5